



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 7/2012

Sessão realizada em 21 de dezembro de 2012

Aos vinte e um de Dezembro de dois mil e doze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins e secretariada pelo Senhor Luís Gavinhos, Senhora D. Maria do Carmo Nogueira e Sr. Aires Patrício.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros: José Neves Costa que justificou atempadamente a sua falta e foi substituído pelo Senhor João Couto Gonçalves. Faltaram ainda os membros Nuno Baltazar Mendes, Carlos São Martinho, José Anacleto, Berta Oliveira João Taborda, Jean Barroca, Maria Alice Cardoso, Nuno Miguel Henriques, Joana Morgadinho, Esmeralda Tavares, Patrícia Marques, Helga Capelo, João Boléu, Luís Martins, Júlio Correia e Eduardo Martins. O Presidente de Junta da Soalheira foi substituído pelo seu representante legal.

Relativamente ao Executivo Municipal faltaram os Senhores Vereadores Augusto Leal Salvado e Jorge Garcez e a Vereadora Clotilde Barata.

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

Ordem de Trabalhos

1º - Período de Antes da Ordem do Dia

2º - Período da Ordem do Dia

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do Município;

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Contratação de empréstimo de saneamento nos termos do plano de Consolidação/Ajustamento”;

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação dos Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal para o ano de 2013”;

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Adequação da Estrutura Orgânica”;

2.5 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Alteração aos Regulamentos: “Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais” e “Edificação e Urbanização do Concelho do Fundão”;

2.6 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Reestruturação do Sector Empresarial Local do Concelho do Fundão – extinção da Empresa – MACB – Mercado Abastecedor da Cova da Beira, E.M.,S.A.”;

2.7 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Integração do Município do Fundão na Associação de Turismo da Cova da Beira”.

2.8 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação final do Regulamento da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo”;

2.9– Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação final do Regulamento das Aldeias do Xisto”;

2.10 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Declaração de Interesse Municipal do Projeto de ampliação do complexo hoteleiro - O Alambique de Ouro”.

O Senhor Presidente da Mesa em Exercício saudou todos os presentes e desejou um Bom Natal. Justificou o atraso de uma hora na abertura da sessão por se realizar ao mesmo tempo o funeral da mãe do membro da Assembleia Municipal Nuno Baltazar Mendes. Aproveitou a oportunidade para informar que esteve presente nesse funeral em representação da Assembleia, onde manifestou ao membro Nuno Baltazar os sentidos pêsames deste órgão. Deu conhecimento que o Senhor Presidente da Mesa estaria prestes a chegar pelo que se iria dar início aos trabalhos uma vez que a agenda era um pouco extensa. De seguida colocou a votação as atas números 4/2012, 5/2012 e 6/2012 que foram aprovadas por unanimidade.

Período de Antes da Ordem do Dia

Rogério Palmeiro – Cumprimentou todos os presentes e desejou festas felizes e um ano novo tão próspero quanto possível. Convidou todos a visitar a freguesia de Capinha a partir do domingo seguinte, já que a Junta de Freguesia, com o apoio da Câmara Municipal, decidiu revitalizar as tradições de Natal. Trata-se de um programa vasto que vai valer a pena apreciar, com a recreação de uma verdadeira aldeia de Natal tradicional. É igualmente um projeto solidário, numa altura em que a palavra solidariedade tem mais significado e todos podem contribuir com alguma coisa para quem passa por maiores dificuldades. Congratulou-se com a inauguração do novo lar de Silvares, valência que vem responder às necessidades sociais das pessoas daquela zona.

Aires Patrício – Desejou a todos um bom Natal e um bom Ano Novo e fez a intervenção que se junta à presente ata, constituindo o Anexo 1.

Henrique Dias – Em nome pessoal e do grupo PSD expressou a mais profunda consternação pelo falecimento da mãe do membro Nuno Baltazar Mendes. Desejou a todos um feliz Natal, sobretudo em família. Passando qualquer terra por ciclos de desenvolvimento, lembra que por aqui passaram ao longo dos tempos empresas que criaram riqueza, tais como a Auto Transportes ou a Moagem e ao nível da comunicação social onde ocorreu um significativo desenvolvimento com o aparecimento de novos canais de televisão em Portugal. No Fundão, como no País, sempre foram lançados desafios, nomeadamente na área da educação e sobretudo na via de qualificação profissional. A grande maioria de escolas, de norte a sul de Portugal e ilhas foram criadas localmente, fruto da vontade de Câmaras, associações e cooperativas. Hoje, esta via de ensino está bem e recomenda-se, embora necessite de ser reforçada, devido à encruzilhada complicada dos tempos que correm. Existem no Fundão escolas que têm formado muita gente para o mundo do trabalho, de acordo com as necessidades do mundo empresarial. Orgulhamo-nos de ter cerca de 3000 pessoas que estudaram na Escola Profissional do Fundão e todos os que a criaram dificilmente acreditariam que a mesma chegaria a esta altura com o património que tem em formação de quadros em toda a região e País. Foram 20 anos de muito trabalho, tendo a escola contribuído para movimentar cerca de 2,5 milhões de euros no nosso concelho, investindo no comércio e serviços. Informou também que a escola recebeu a convenção que vai permitir que entre Janeiro de 2013 até 2017, se desenvolva um centro denominado EUROPE/DIRECT, que possui duas vertentes: uma de informação aos cidadãos sobre o que é a União Europeia, recolhendo todo o tipo de informação sobre essa estrutura, outra que tem a ver com a possibilidade de se promover a cidadania europeia ativa, através da realização de fóruns, ferramenta de comunicação muito importante para chegar às pessoas. Este centro resultou de uma candidatura que só foi possível com a colaboração de vários parceiros, em particular da Câmara Municipal.

Catarina Gavinhos – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente ata constituindo o Anexo 2.



Eduardo Saraiva – Lembrou que prometeu que até 27 de Dezembro seguinte não iria falar de futebol ou de política, por isso ia só fazer alguns comentários sobre a sua terra. Desejou um santo Natal com tudo o que de bom tem a nossa região. Manifestou a sua satisfação pela alegria do Natal, que se está a viver na praça do município, com o carrossel, a casa do pai Natal e outras iniciativas. Disse também que sempre acompanhou o trabalho do Jornal do Fundão e do seu fundador António Paulouro. Tem pena que o seu sucessor Fernando Paulouro tenha saído, já que sempre soube com sabedoria continuar o trabalho do seu antecessor, colocando acima de tudo o Fundão, a nossa região, a nossa terra, as nossas pessoas. Desejou felicidades ao novo diretor, não tendo dúvidas que o semanário continuará a pugnar pelos princípios e caminhos que sempre trilhou desde 1946. Fez uma pequena crítica aos canteiros metálicos colocados na Avenida, considerando-os de mau gosto e até perigosos colocando em causa a segurança de pessoas e bens. Espera que a Câmara possa corrigir este aspeto, porque não está bem. Falou também do largo de S. Francisco, onde existem problemas para os quais já apresentou algumas sugestões há algum tempo, pelo que continua a aguardar que se faça alguma coisa. Terminou desejando um bom Natal e um feliz ano de 2013.

Luís Lourenço – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente ata constituindo o Anexo 3. Em nome pessoal e da CDU deixou votos de pesar pelo falecimento da mãe do membro AM Nuno Baltazar Mendes, fazendo votos para que ultrapasse rapidamente esta hora difícil.

Carlos Jerónimo – Manifestou a suas condolências ao membro AM Nuno Baltazar Mendes pelo falecimento da sua mãe. Desejou também um bom Natal e um Ano Novo repleto de concretizações pessoais, profissionais e políticas. Agradeceu as palavras do membro Rogério Palmeiro relativamente à inauguração do centro comunitário das Lameiras, freguesia de Silves e comunicou que seguramente iria participar em algumas das iniciativas na aldeia Natal da Capinha. Mostrou a sua preocupação pelo facto de a PT e EDP ainda continuarem com a cablagem aérea junto à EN 238 na freguesia de Silves, quando já possuem tubagem enterrada para a poderem retirar. Solicitou à Câmara para que interceda junto daquelas empresas para procederem à realização urgente desses trabalhos. Deu conta do abaixo-assinado dos residentes na zona do Vale de Relvas e do cruzeiro na freguesia de Silves, onde reivindicam a construção do reservatório de água do Cruzeiro. Trata-se de uma obra importante para os moradores daquela área, já que não possuem água pública e também têm esse direito. Agradeceu também a presença e apoio de todos os que estiveram na inauguração do centro comunitário das Lameiras, em Silves, considerando aquele equipamento de estratégico e uma infraestrutura que vai contribuir para a redução das desigualdades sociais do concelho do Fundão, permitindo a simbiose entre as 3ª e 4ª idades, a infância e a juventude. Criou 27 postos de trabalho e pode chegar aos 30, para além de movimentar quase 1 milhão de euros por ano. Congratulou-se também com a criação por parte da Câmara juntamente com um grupo de empresários, do clube de produtores do Fundão, considerando-o um investimento estratégico na internacionalização dos produtos locais. Valorizou também a campanha denominada “Eu comprei no Fundão” lançada pela ACIF, considerando-a uma ideia criativa de apoio ao comércio local, que vive dias difíceis. Referenciou ainda de forma positiva o trabalho desenvolvido ao longo de 20 anos na Escola Profissional do Fundão, considerando-os um desafio ganho. Valorizou ainda o trabalho e papel representado pelo Dr. Santos Costa, já falecido, na Escola Profissional enaltecendo o seu enorme contributo para que a mesma fosse o que é hoje e que acharia aprazível ver na fachada daquela unidade escolar o nome “Escola

Profissional Dr. João Manuel dos Santos Costa”, o que seria uma justa homenagem. Disse também que foi muito importante a abertura total da circular urbana do Fundão, que contribui para a estruturação do trânsito na cidade do Fundão, considerando que nas próximas décadas aquele será o eixo principal de desenvolvimento, que reorganizará as funções urbanas da cidade. Na área da cultura destacou o trabalho muito positivo realizado pela estação teatral ESTE e pelo teatro clube de Alpedrinha. Enalteceu o trabalho realizado por Fernando Paulouro no Jornal do Fundão, que seguramente deixará saudades, embora o seu sucessor lhe pareça uma pessoa de muita qualidade, o que fará com que o Jornal do Fundão continue a ser o maior semanário regional do país.

O Senhor Presidente da Mesa aproveitou a oportunidade para informar que a Escola Profissional do Fundão, no âmbito das comemorações do seu 20º aniversário, homenageou um conjunto de entidades e personalidades, entre as quais se encontrava a Assembleia Municipal do Fundão, que representou e cujo convite agradeceu. Mudando de tema, **o Senhor Presidente da Mesa** leu uma moção que havia sido entregue na Mesa pelo grupo do PSD, relativa às entidades intermunicipais, que se junta à presente ata constituindo o Anexo 4. Sobre a mesma pronunciaram-se os seguintes membros:

Rogério Hilário – Disse que os cidadãos não entendem as mudanças que ocorrem neste momento. O PSD do Fundão apresentou esta moção para dar conhecimento de que a região centro vai estar sujeita a alterações complexas e que por isso se deve tomar em atenção as pretensões das pessoas. A moção refere-se à pretensão dos municípios a sul do distrito quererem pertencer à comunidade intermunicipal do Médio Tejo, o que em seu entender é contranatura, deixando de estar ligados à sua região natural e lógica. Pretende-se com este documento abanar a consciência do cidadão para que este também possa ter uma opinião crítica sobre este assunto. Trata-se da defesa de um território que não deve ser dividido e deve-se aproveitar a oportunidade para unir o distrito de Castelo Branco e Guarda, criando escala. Por outro lado a região centro tem de ficar interligada à macro região do Norte, que é o que mais nos favorece.

Luís Lourenço – A CDU subscreveu a moção embora reconheça que os concelhos a sul do distrito têm toda a autonomia para decidir o que quiserem. A CDU também acha melhor que é aqui que devem pertencer e lutar em conjunto. Outra questão que de futuro deverá discutir-se é a democraticidade da eleição dos órgãos de gestão destas novas entidades supra municipais.

Pedro Salvado – Informou que o PS também subscreve esta moção desde que sejam retiradas da mesma quaisquer considerandos acerca do que os concelhos em causa já tenham decidido ou não sobre o assunto. O mesmo deve refletir a opinião do que nós achamos e não fazer juízos de valor sobre os outros. O distrito não deve ser dividido como alguns pretendem, porque todos vamos perder com isso.

Não havendo mais interessados em usar da palavra foi a mesma moção colocada a votação e aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Mesa leu de seguida uma outra moção apresentada por todos os grupos da AM, relativa às portagens na A23, constituindo o Anexo 5 que se junta à presente ata. Não havendo interessados em intervir, foi a mesma colocada a votação e aprovada por unanimidade.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município

Neste momento o Senhor Dr. Vítor Martins entrou na sala e ocupou o seu lugar na Mesa como presidente, saudando todos os presentes e justificando o seu pequeno atraso.

Rogério Hilário – Considerou tratar-se de um documento que nos obriga a uma análise exaustiva no sentido de encontrar situações que por vezes são desconhecidas, mas que a Câmara faz isso muito bem. Realçou a importância da abertura da circular urbana, que temos de potenciar e saber utilizar para que a mesma contribua para o desenvolvimento da cidade e solucionar algum constrangimento que possa criar. Referiu-se às parcerias entre a Câmara e a ACIF são de grande relevância e em particular a campanha “Eu comprei no Fundão” pode agitar consciências e transmitir para fora que na cidade e no concelho ainda temos atividade económica. O clube de produtores também deve ser valorizado, já que pela primeira vez, também sob alçada da Câmara, temos a possibilidade de construir um organismo do foro comercial capaz de promover os produtos do Fundão e as suas empresas. A formação das pessoas também tem muita importância daí a criação na Escola Profissional e do centro de formação avançada, ligado à industrial dos polimentos. Deu conta que o próximo quadro comunitário não nos vai trazer mais possibilidades ao nível das infraestruturas, mas contribuirá para a reindustrialização do País e é neste sentido que os municípios se devem orientar. A Câmara do Fundão está a trabalhar muito bem o que irá permitir que se colham frutos e que se fixem empresas no nosso concelho. Relativamente à freguesia de Silves disse que foi feita justiça às suas gentes, e que a inauguração do centro comunitário foi um marco histórico, uma infraestrutura sonhada e realizada. Deu os parabéns à Junta de freguesia e à Câmara pela concretização de um sonho, contra tudo e contra todos. Finalmente pediu à Câmara, que o que ainda falta realizar de algumas obras do Polis, e não é muito, seja feito de forma rápida, para se reunirem as condições para uma estratégia global de desenvolvimento da zona antiga da cidade.

Luís Lourenço – Disse ver com agrado a forma como é agora apresentada a informação escrita, o que dignifica a Câmara Municipal. Sobre a Associação de Turismo da Cova da Beira, perguntou porque não aparece Belmonte como fundador da comunidade intermunicipal. Relativamente ao portal da Câmara Municipal, considerou-o mais agradável e atrativo, mas algumas das coisas que aparecem na primeira página não têm nada a ver com a atualidade e outras que aparecem na 3ª, 4ª ou 5ª página não são nada fáceis de encontrar. Exemplificou com o caso da Assembleia Municipal onde é difícil aceder e quando se consegue verifica-se que as atas desde o ano de 2009 que ali não são colocadas, pelo que urge corrigir esse facto.

Eduardo Saraiva – Congratulou-se com a atual composição da informação escrita, dizendo que melhorou consideravelmente. Quanto à página da Câmara também está muito melhor, mas nalguns aspetos devia-se facilitar um pouco os utilizadores. Disse também que na informação escrita verificou algumas situações que se repetem, mas no geral dignificam muito bem a câmara e aquilo que faz.

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Contratação de empréstimo de saneamento nos termos do plano de Consolidação/Ajustamento”

Presidente da Câmara – Começou por demonstrar o sentimento de consternação da Câmara Municipal pelo falecimento da mãe do Membro Nuno Baltazar Mendes. Informou que esta sua intervenção abordaria este ponto mas que seria também transversal a todos os pontos seguintes da ordem de trabalhos, sem colocar em causa o normal funcionamento dos trabalhos e as questões que cada um dos membros queira colocar na altura de discussão. Sobre o empréstimo e PAEL disse que os mesmos já vieram a esta AM para aprovação e que agora voltam para aprovação dos termos e condições gerais dos mesmos. A Câmara avançou com esta operação que na sua totalidade atinge os 48.600 milhões de euros e que entretanto já foi aprovado e o contrato já foi assinado, faltando apenas o visto do Tribunal de Contas. Com esta operação encontra-se mencionada a verba de 14 milhões de euros para pagamentos a fornecedores, outros fornecedores de maior dimensão têm uma verba de 18 milhões de euros, onde se incluem Juntas de Freguesia, associações e uma outra vertente que são as faturas cedidas. Vai conseguir-se reduzir o prazo de pagamento para menos de 90 dias. Relativamente ao empréstimo também aprovado anteriormente trazia as seguintes condições: Valor = 11,5 milhões, Prazo = 12 anos com a possibilidade de um período de carência máximo de 2 anos e uma taxa de referência de 7%. Relativamente ao que aconteceu após o concurso, a Câmara teve uma procura para a totalidade do valor, por parte das entidades bancárias. Embora a câmara tenha optado em colocar o pedido de financiamento em 4 frações, houve 4 bancos que responderam à totalidade do pedido. A taxa de referência (7%) baixou para 6,38%. Também a taxa PAEL prevista para os 37 milhões ficou um pouco abaixo do previsto, passando de 3,22% para 3,11%, fazendo-se ainda a plurianualização dos encargos, para que de futuro não existam surpresas. Até hoje a taxa de juro global dos empréstimos rondava os 4%, com a operação PAEL + Saneamento Financeiro, passamos para uma taxa de cerca de 3,4%, o que representa no final do processo menos 1 milhão de euros em juros. Em 2013 já teremos uma grande poupança em juros, realizando-se operações que passarão empréstimos de curto para longo prazo. O serviço da dívida em 2011 e 2012 já superava os 10 milhões e com esta operação vão-se reduzir 4,5 milhões, significando que a Câmara Municipal anualmente vai ter disponibilizada aquela verba para fazer outras coisas e quem tiver “unhas poderá tocar guitarra”, multiplicando aquele valor, Deu ainda conhecimento que nestes números já estão incluídas as dívidas das empresas municipais, nomeadamente o empréstimo consolidado do mercado abastecedor no valor 3,600 milhões ou o caso da empresa Fundão Turismo que tem também um empréstimo de longo prazo no valor de 915 mil euros. Estamos perante documentos que têm uma visão global de tudo o que depende desta Câmara. Falando mais da vertente Orçamento/2013 o seu valor estimado é de 57 milhões de euros, comparativamente a 2009 o orçamento foi de 70 milhões. Da forma como as contas estão consolidadas, no ano de 2014 o orçamento pode ser efetuado a partir dos 25 milhões de euros, ou seja, pode-se apresentar um orçamento equilibrado entre aquilo que são as receitas e as despesas, passando-se de orçamentos expansivos para outros mais racionais e mais de acordo com os tempos que hoje se vivem. Há autarquias e uma região por todos conhecida que tinham por hábito sub-orçamentar a despesa, colocando nos orçamentos só as rubricas que pretendiam pagar nesse ano, isso veio agora trazer sérios problemas uma vez que a dívida não estava referenciada pelo que não pôde ser incluída. A Câmara do Fundão sempre colocou nos seus orçamentos toda a dívida, pelo que teve menos problemas de consolidação da mesma, porque tudo estava registado e contabilizado. Informou também que a receita do Estado tem vindo a diminuir e entre o que devia receber (12,338 milhões) e o que recebeu (9,5 milhões) existe uma diferença de 3 milhões de euros. Falando de despesas

com pessoal existe uma obrigação legal de reduzir em 2%, mas a Câmara quer reduzir 4%, mesmo acrescentando a internacionalização das empresas municipais, com situações de não renovação/saídas de pessoas das empresas. Se o estado mantiver a proibição de contratar qualquer tipo de funcionários, daqui a alguns anos haverá profissões como calceteiros, carpinteiros, serralheiros ou outras em risco de desaparecer das autarquias, já que vão saindo e não são substituídas. A Câmara está a realizar um plano direcionado para a despesas com pessoal, redução do número de dirigentes (49%), para as transferências de capital ou correntes e não para ir ao bolso dos munícipes. Deu também conhecimento que a redução de despesa de 10% na parte elétrica também tem muito significado. No entanto com a liberalização de preços agora existente, se o município do Fundão negociar com a EDP taxas de energia menores poucos resultados terá, mas se o fizer num âmbito intermunicipal, incluindo por exemplo a Covilhã, de certeza que terá uma redução de 5 ou 6% na fatura energética. A questão da escala é fundamental para ganharmos capacidade e se o conseguirmos na eletricidade também o podemos fazer numa lógica de outros serviços e produtos, como por exemplo na área do turismo. Daí a possibilidade do Município poder vir a integrar a Associação de Turismo da Cova da Beira dando um salto importante nesta área, conforme consta num dos pontos da ordem de trabalhos. Como conseguem atrair pessoas aos produtos endógenos a quem queira pagar por eles, têm pela frente um grande desafio que só se consegue se se atingir essa escala. A questão da eletricidade como ótica de redução também está presente na questão do turismo e na proposta da associação de turismo. Relativamente a Belmonte não aparece como fundador porque aquele município não vai extinguir a sua entidade, ao contrário do Fundão e da Covilhã, o que vai acontecer é que Belmonte vai integrar a nova entidade como sócio. Também informou que perante a possibilidade que se lamenta, dos municípios da zona sul do distrito caminharem para o Médio Tejo, o município de Penamacor já afirmou que viria a integrar a comunidade intermunicipal das Beira e da Serra da Estrela. Trata-se de uma boa notícia para todos já que fecha o território naquilo que é o regadio da cova da beira. Informou que há uma redução de 45% nas transferências para as empresas municipais, face à extinção de algumas e fusão de outras. Nas grandes opções do plano, considerou muito importante a realização de uma obra que vai ser adjudicada na próxima sessão da Câmara Municipal, o "Parque Verde do Fundão", terminando o ciclo das infraestruturas. Existe também um conjunto de lares, como os de Silves e Valverde recentemente inaugurados, que vêm dar resposta do ponto de vista social às necessidades do concelho. Trata-se de um esforço desta Câmara e doutras entidades que pretende dar resposta a todas as áreas do concelho e que está a concluir-se. Informou também que a câmara vai apostar numa parceria com o Centro Hospitalar da Cova da Beira relativa à implementação de um centro de medicina nuclear, tendo a mesma um custo de 500.000 € de investimento para capacitar o Hospital do Fundão com aquele equipamento muito necessário. Também informou que o portal da Câmara do Fundão está numa fase de testes e todas as boas ideias são sempre bem-vindas e servem para melhorar a informação ali contida. O site tem também agora um local denominado "A minha rua" para que os municípios possam relatar situações ou sugerir questões concretas, geralmente numa ótica de pequenas manutenções e pequenas obras. Relativamente à evolução do investimento ainda há no orçamento para 2013 uma verba de 13 milhões de euros de investimento, depois do próximo ano, pagando o serviço da dívida, as contas correntes (água, luz, saneamento, funcionários ...) a Câmara terá 2 milhões de euros para investir, que podem anualmente ser convertidos em 10 milhões. Nos anos seguintes esse valor aumentará para uma média anual de 5 milhões pelo que o valor global para um período de 20 anos andará na ordem dos 90 milhões de euros em termos de investimento, que podem ser multiplicados no mesmo período em 250 a 300 milhões com fundos comunitários. Referiu-se à possibilidade de a Câmara ter de avançar com um orçamento retificativo se o valor do PAEL que está previsto chegar até final do ano, não chegue até essa data. Se

isso acontecer a Câmara Municipal tem 22 milhões de euros que transitam para o ano seguinte, necessitando alteração orçamental no primeiro trimestre de 2013. Deu também conhecimento que a incorporação do mercado abastecedor na câmara gerou um ativo de 8,355 milhões e um empréstimo consolidado a pagar no valor de 3,515 milhões, a 20 anos. O conjunto da operação de internalização deu origem a um saldo líquido positivo de 75.000 €, que é o valor que a Câmara poupa. Este orçamento traz também um apoio extraordinário à atividade económica, já que se propõe a redução da taxa de IMI, que pode ir até aos 100 %, para as empresas que façam criação líquida de postos de trabalho

Não havendo interessados em usar da palavra foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 31 votos a favor e 7 votos contra dos membros Luís Lourenço, Catarina Gavinhos, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Abel Rodrigues, Luís Castanheira e Nuno Ramos Lopes.

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Aprovação dos Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal para o ano de 2013”

Abel Rodrigues – Em nome do PS desejou a todos um bom Natal e Ano Novo. Declarou que esta Câmara nos habitou a apresentar um plano e um orçamento para o ano seguinte altamente inflacionados. O Senhor Presidente diz-nos que o orçamento para 2013 é realista, mas não se vê qual é a diferença entre este e outros, não se entendendo se estão a falar dos 2 milhões de euros na receita e na despesa. Continuam assim a aparecer números demasiado elevados para a capacidade desta Câmara, acrescentando ainda o facto que esta Assembleia aprovou há cerca de um mês uma reestruturação financeira com um empréstimo no valor global de 48 milhões. Perante este facto e uma vez que a dívida é de cerca de 90 milhões, os empréstimos recentemente aprovados representam mais ou menos metade desse valor, pelo que perguntava como se irão pagar os outros 40 milhões, ou seja a outra metade. O Sr. Presidente afirmou recentemente numa reunião que *“fizemos demasiadas obras em pouco tempo”*, mas foi precisamente esse facto que o PS andou desde sempre a dizer, ou seja que se andava a gastar demais. A obra é verdade que aqui está mas com os custos que todos vemos. O Senhor Presidente também disse que nos próximos 5 mandatos a câmara vai ter uma média de 5 milhões/ano para investir, pelo que lhe apetece perguntar também porque é que o Senhor Presidente não teve essa visão ao longo dos anos que aqui esteve. Se para quem vier a seguir é bom aquele valor porque é que o Senhor Presidente não utilizou o mesmo sistema antes. Sobre a previsão de receitas sempre a subir devemos estar perante *“o milagre da multiplicação dos pães”*, isso não pode corresponder à verdade porque os próximos quadros comunitários de apoio são muito mais restritivos em determinado tipo de investimento e pelo que se conhece não vão servir para financiar infraestruturas como as que foram feitas até agora. Reiterou a pergunta de como vai ser resolvido o problema da dívida não abrangida por este plano e como vão aparecer as receitas. Perguntou ainda em que situação se encontra o conflito e a dívida com a empresa Águas do Zêzere e Côa, porque surgem informações na praça pública que a Câmara se prepara para acordar o pagamento de 25 milhões àquela empresa, o que a ser verdade é um número astronómico.

Luís Lourenço – Disse que temos um orçamento que comparativamente com os anos anteriores vem dos 63 milhões em 2011, para 59 milhões em 2012 e em 2013 será de 54 milhões, não existindo grandes diferenças, mas as grandes opções do plano são praticamente iguais às do ano anterior. Todos sabemos que este plano não é para ser cumprido na sua totalidade, pelo que é difícil olhar para o que vai ou não acontecer. É na rubrica ambiente e qualidade de vida que os valores mais aumentam, passando de 18

para 23 milhões e depois diminui na rubrica inovação e desenvolvimento de 14 para 9 milhões. Acontece que as maiores diminuições são na ação social, projeto Rio, cultura e turismo e projeto Polis. Por outro lado existe um aumento considerável na aquisição de serviços, levantando a questão de que na aquisição de serviços se encontra uma rubrica de 1,300 milhões da EDP que gostava de saber do que se trata. Em termos de documento disse que o quadro relativo às atividades mais relevantes tem de ser corrigido já que as rubricas estão em duplicado, inclusive na parte final em que o somatório indica 24 milhões, quando na realidade devia ser 12 milhões. Também não dá os parabéns à Câmara pela forma como elaborou estes documentos previsionais porque o enquadramento não foi feito. Sobre as taxas de juro disse que neste momento são baixas face à conjuntura económica, mas de futuro poderão alterar-se e tornar os custos dos empréstimos muito mais elevados. Aconselhou também a não se colocar aqui o quadro com a previsão do investimento a 20 anos, porque ninguém sabe o que até lá vai acontecer e o que se passou nos últimos 20 anos recomenda que não se faça.

Rogério Hilário – Estamos a falar de um documento que é uma previsão das contas para 2013 e a estratégia da Câmara para atingir os objetivos a que se propõe. Não é fácil orçamentar porque existem muitas variáveis aleatórias, para além do contexto do próximo ano não ser muito favorável. A aprovação dos empréstimos PAEL e de saneamento financeiro vai influenciar os orçamentos nos próximos 20 anos, mas executou-se muita obra necessária em pouco tempo, porque outros no seu tempo não tiveram capacidade de fazer o que lhes competia. Havia duas opções, ou não se fazia obra e não tínhamos o que temos hoje ou fazia-se a obra para que todos os municípios do Fundão tivessem o que merecem, e isso traria a possibilidade de existir endividamento. O executivo optou por fazer a obra, o que fez muito bem e demonstra a grande diferença entre os partidos. O orçamento para 2013 é aleatório, tem variáveis já definidas mas outras que não passam de previsão. Este orçamento foi feito para reduzir a dívida, com cortes na despesa, começando a existir alguma folga que vai permitir potenciar os fundos comunitários, numa perspetiva de industrialização do concelho e não tanto ao nível das infraestruturas. Existe também no orçamento um desagravamento fiscal, permitindo a redução de taxas, licenças e do IMI, para as empresas que criem postos de trabalho, ou seja a Câmara Municipal está a fazer um desagravamento de alguns impostos. Pode sempre dizer-se que não é o orçamento que todos queríamos, mas vai permitir reduzir na despesa e aumentar potencialmente a receita por via das poupanças.

Pedro Salvado – Começou por dizer que às vezes se pergunta a si próprio se determinadas intervenções de certos membros da AM, como a do seu antecessor, são feitas por mera defesa partidária ou se realmente acreditam no que afirmam. Existe uma linha que separa a realidade dos números e a realidade do que se passa lá fora e não se pode negar. A realidade dos executivos do Dr. Manuel Frexes é que a Câmara estava falida, o executivo do Dr. Paulo Fernandes trouxe uma lufada de ar fresco e disse que tinha de proceder à reestruturação da dívida para sustentabilizar o futuro. Mas os membros do PSD nesta AM dizem que está tudo bem e brincam com os números. Há também uma questão que tem de ser respondida, sobre este orçamento, se está feito para executar os tais 30 milhões, voltando à velha questão dos orçamentos empolados para executar um valor menor. Perguntou também onde é que a Câmara pretende ir buscar a receita extra a partir de 2014 ou onde tencionam cortar na despesa para pagar os gastos resultantes do PAEL e dos empréstimos. Terminou desejando Boas Festas a todos.

Rogério Hilário – Respondendo ao membro Pedro Salvado disse-lhe que “*não disse o que insinuou, nem quis dizer aquilo que você quis que eu dissesse aqui*”. Devem refletir o que foi o passado do PS na Câmara e no País, para hoje chegarmos ao ponto em que estamos.

Luís Castanheira – Começou por afirmar que o PS o que quer é o desenvolvimento da nossa terra e que as populações tenham sempre o melhor, tudo o que se diga em contrário não é verdade. No entanto o crescimento deve estar alicerçado na responsabilidade e na boa gestão dos dinheiros públicos, todos gostavam de ter as obras infundáveis que nos fazem falta, mas a responsabilidade e boa gestão obrigam-nos a condicionar e a tomar opções sobre o que é mais importante e sobre o que se pode gastar. Esta Câmara tem demonstrado má gestão que levou a esta dívida monstruosa e a estar completamente falida. Vai agora ser salva por estes empréstimos que a deixam respirar, o PAEL é uma lufada de ar fresco mas vai condicionar a vida, o investimento e o futuro do nosso concelho durante muitos anos. Interroga-se sobre se perante tantos milhões de investimentos o nosso concelho não poderia estar melhor e se esta enorme dívida se justifica perante as obras que se vêem. A redução do IMI para as empresas faz-se à custa de cada um de nós e que no mês de Abril se iria constatar esse facto, já que as pessoas vão pagar o seu IMI de forma vergonhosa, pelo que as reduções não deviam ser só para as empresas. O IRS também não nos vai ser devolvido, o IMI aumenta, inventam-se taxas de proteção civil, continuam os parquímetros e depois ainda se diz que o orçamento defende o cidadão, embora fique claro para todos que não é que só serve para pagar as dívidas do município pela má gestão dos últimos anos.

Eduardo Saraiva – Foi de opinião que as duas intervenções anteriores não tiveram nada a ver com o ponto que estamos a discutir e que talvez fosse altura de rever o regulamento desta AM. Disse que teria que haver coragem e disciplina e defendeu que após o PAOD todos os partidos deviam ter o mesmo tempo de intervenção.

Presidente da Mesa – Disse que o orador anterior interveio apenas para repreender a Mesa da AM, mas a Mesa tem procurado dirigir os trabalhos o melhor que sabe. Nas próximas eleições terão oportunidade de escolher outras pessoas que dirijam os trabalhos com maior eficácia.

Presidente da Câmara – Disse ter ficado com a sensação que “não existem unhas para tocar algumas guitarras”, porque ficou preocupado quando não se entende ou não se quer entender o que se diz, nomeadamente o que se disse numa reunião de preparação do orçamento. Nos primeiros quadros comunitários pelos seus cálculos perderam-se cerca de 50 milhões de euros, mas as intervenções que se podiam fazer naquilo que era elegível naqueles Quadros dava muito jeito a esta Câmara a todos os níveis, podia-se por exemplo já ter trabalhado mais em políticas ativas de desenvolvimento, caso esse dinheiro tivesse sido aproveitado. Como não se fez, esta Câmara teve menos tempo para o fazer. Os 400 milhões colocados neste município geraram uma dívida de 80 milhões, multiplicaram-se por 4 os 100 milhões recebidos do Estado, significando isto que esta Câmara, um município do interior, conseguiu mais de 200 milhões de euros de receita. Tudo foi conseguido com muito suor, muitas horas de trabalho e muitas ideias, ou seja com a tal guitarra e as tais unhas que nem todos sabem tocar. Ficou também preocupado que numa altura em que é necessário fazer uma racionalização para continuarmos a ter mais meios para investir e continuar a desenvolver o concelho se venha aqui numa lógica de que não é necessário fazer sacrifícios e que todas as medidas que nós tomamos não têm consequências. É claro que têm. O primeiro sacrifício que esta Câmara teve de fazer foi reduzir o seu próprio executivo, dando o exemplo, o que obriga os outros vereadores e ele próprio a um esforço suplementar. Neste momento não podemos ter discursos expansionistas em termos de investimento, principalmente porque os meios colocados ao nosso dispor já não são os mesmos, a altura certa para o fazer já não é esta. Em 2014, o próximo Presidente de Câmara pode bem chegar a esta Assembleia e dizer que conseguiu executar 80 milhões. Este orçamento vai mesmo pagar e consolidar sem

fazer mais dívida, o saldo da dívida tem de ser zero, ou seja pagar tudo e transformar a dívida de curto prazo em médio/longo prazo. Respondendo ao membro Abel Rodrigues disse que o número de 25 milhões como possível pagamento à empresa Águas do Zêzere e Còa não corresponde minimamente à realidade, as negociações existem mas o valor estará entre os 8,5 milhões solicitados pela AZC e um valor menor que a Câmara tem e não deve dizer neste momento face às negociações em curso. Relativamente aos 40 milhões de que falou que não fazem parte destes empréstimos, informou que esse valor já está consolidado nos empréstimos de médio/longo prazo já existentes e anteriormente aprovados. Informou também que existem empréstimos que com o tempo vão sendo pagos e permitem uma maior disponibilidade de tesouraria. Neste momento o município do Fundão está praticamente infraestruturado, equipado e com as suas contas consolidadas, o que lhe vai permitir continuar a exercer as suas competências e as suas funções. Podem existir pessoas que não tenham capacidade para resolver os desafios que o município tem pela frente e os cerca de 5 milhões em média que a Câmara vai ter para investimento, não incluindo aqui os fundos comunitários, é um valor significativo e está muito perto da média de alguns mandatos desta Câmara. Finalmente reiterou que nunca se escondeu a dívida o que permitiu agora este plano de reestruturação.

Colocado o documento a votação foi aprovado por maioria com 34 votos a favor, 6 contra dos membros Pedro Salvado, Bruno Ramos, Abel Rodrigues, Luís Castanheira, Nuno Ramos Lopes e Rosa Moreira e 2 abstenções dos membros Luís Lourenço e Catarina Gavinhos.

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Adequação da Estrutura Orgânica”

Luís Lourenço – Perguntou quanto representa em termos de custos uma redução de 49% na estrutura dirigente. Acha que os vencimentos dos dirigentes podem ser escolhidos para quem for selecionado entre o que está na tabela e o vencimento anterior, perguntou porquê no escalão 6 e não no 3. Por outro lado, a estrutura orgânica que está vazia deveria estar representada com os seus diferentes departamentos.

Presidente da Câmara – Informou que a competência da Assembleia passa por determinar o número de unidades orgânicas/chefias e que na AM de Fevereiro será apresentado um regulamento específico de acordo com a decisão que for tomada. Informou que se passa de 13 para 7 chefias, que as comissões de serviço irão terminar ao longo do ano e se abrirão os respetivos concursos públicos. No próximo ano o impacto de redução em termos financeiros anda na ordem dos 25.000 €, mas em 2014 poderá já chegar aos 100.000 €.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por maioria com 40 votos a favor e 1 abstenção do membro Luís Castanheira.

2.5 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “ Alteração aos Regulamentos: “Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais” e “ Edificação e Urbanização do Concelho do Fundão”

Luís Lourenço – Disse que o artigo 18-A, alíneas c), c1) e c2) falam nas condições de redução do IMI, referencia a manutenção do posto de trabalho por 1 ano mas numa redução de imposto durante 5 anos, não se entendendo muito bem o porquê desta diferença.

que?

Presidente da Câmara – Um dos objetivos desta proposta é reduzir a carga fiscal das empresas através da questão patrimonial, o outro objetivo é aumentar o investimento e a empregabilidade por parte das empresas. A hipótese escolhida até ao momento passa pela condição líquida de manter por 1 ano o posto de trabalho para poder ter uma redução de IMI durante 5 anos o que vai permitir que a redução seja mais significativa e que apanhe um maior número de empresas no âmbito deste processo. A 2ª hipótese não é tão universalizadora, não discrimina tantas empresas, mas mantém os postos de trabalho e a redução de IMI durante 5 anos. Ambas têm prós e contras e em ambas os objetivos são conseguidos, mas não na mesma dimensão. A Câmara está inclinada para a primeira hipótese mas trata-se de uma questão que ainda não está tomada de forma definitiva, estando o município disponível para ouvir os argumentos e a fazer os contatos necessários para chegar a uma conclusão final.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

2.6 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Reestruturação do Sector Empresarial Local do Concelho do Fundão – extinção da Empresa – MACB – Mercado Abastecedor da Cova da Beira, E.M.,S.A.”

Não havendo interessados em usar da palavra foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

2.7 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Integração do Município do Fundão na Associação de Turismo da Cova da Beira”

Luís Lourenço – Tem dúvidas sobre se a redação deste regulamento não necessita ser alterada porque o artigo 5º, ponto 6, diz “*estabelecimento de uma rede logística entre os municípios da Cova da Beira*” e logo depois diz também que abrange o território da Cova da Beira e os municípios do Fundão e Covilhã, existindo na sua ótica alguma contradição nestes dois aspetos que necessitam de clarificação. Relativamente ao artigo 27 há também uma gralha a corrigir, onde diz “*artigo 20*” deve ler-se “*artigo 21*”.

Abel Rodrigues – Felicitou o Senhor presidente da Câmara porque depois de alguns anos de costas voltadas vamos agora associar-nos a quem devíamos há muitos anos, tal como sempre defendeu o PS, pelo que felicita a Câmara por ter tomado essa decisão.

O Senhor presidente da Câmara agradeceu e disse que as gralhas detetadas pelo membro Luís Lourenço iriam ser corrigidas.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

2.8 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação final do Regulamento da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo”

Não havendo interessados em usar da palavra foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

2. 9– Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação final do Regulamento das Aldeias do Xisto”

Não havendo interessados em usar da palavra foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

2.10 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “ Declaração de Interesse Municipal do Projeto de ampliação do complexo hoteleiro - O Alambique de Ouro”

Catarina Gavinhos – Disse gostar muito de projetos novos e de crescimento das empresas do Fundão, mas não entende qual é a necessidade de emitir esta declaração de interesse municipal, se terá alguma coisa a ver com o PDM ou licenças que vão ser facilitadas, nem do que se está concretamente a falar.

Presidente da Câmara – Informou que estamos a falar da reserva agrícola que infelizmente e após muitos anos e muitas promessas não é atualizada há décadas. O terreno está situado junto à EN 18, entre o atual Alambique e a Zona Industrial, num terreno onde recentemente se fizeram provas de hipismo. Trata-se de um terreno em reserva agrícola, num local que não tem nenhuma razão de ser e que a única forma de resolver o pedido efetuado por aquela empresa foi declarar o interesse municipal, para posteriormente ser instruído o processo e dar entrada o projeto de execução, uma vez que já foi informado o pedido de viabilidade de construção de forma negativa, mas abrindo esta porta. Trata-se de questões relativas ao ordenamento deste país que não estão a funcionar, há 2 anos que se espera a publicação no Diário da República do PROT/Centro, que nos vai trazer figuras de nova geração do ponto de vista do planeamento.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se havia alguém no público que quisesse usar da palavra, tendo-se apresentado **José Vaz Carlos** que informou que no r/c do prédio onde vive, na praça dos Caminheiros da gardunha, existe um bar que perturba com barulho excessivo a vida normal dos residentes, nomeadamente os seus direitos ao descanso. Pediu a intervenção e ajuda da Câmara Municipal na resolução deste problema.

A Câmara Municipal informou que ia verificar a situação e que responderia posteriormente à questão levantada.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa desejou a todos um santo natal e um ano novo com saúde e com a esperança em melhores dias. Deu de seguida como encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 20.30 horas. Da sessão se exarou a presente acta que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal _____

1º Secretário _____

2º Secretário Maria do Carmo Roxo Vagueira



VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Contratação de empréstimo de saneamento nos termos do plano de Consolidação/Ajustamento” – **Aprovado por maioria com 31 votos a favor e 7 votos contra.**

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação dos Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal para o ano de 2013” – **Aprovado por maioria com 34 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.**

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Adequação da Estrutura Orgânica” – **Aprovado por maioria com 40 votos a favor e 1 abstenção.**

2.5 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Alteração aos Regulamentos: “Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais” e “Edificação e Urbanização do Concelho do Fundão” - **Aprovado por maioria com 40 votos a favor e 1 abstenção.**

2.6 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Reestruturação do Sector Empresarial Local do Concelho do Fundão – extinção da Empresa – MACB – Mercado Abastecedor da Cova da Beira, E.M.,S.A.” – **Aprovado por unanimidade.**

2.7 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Integração do Município do Fundão na Associação de Turismo da Cova da Beira” - **Aprovado por unanimidade.**

2.8 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação final do Regulamento da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo” - **Aprovado por unanimidade.**

2. 9– Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação final do Regulamento das Aldeias do Xisto” - **Aprovado por unanimidade.**

2.10 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara de “Declaração de Interesse Municipal do Projeto de ampliação do complexo hoteleiro - O Alambique de Ouro” - **Aprovado por unanimidade.**

MOÇÕES

Moção do grupo do PSD, relativa às entidades intermunicipais – Aprovada por unanimidade.

Moção apresentada por todos os grupos da AM, relativa às portagens na A23 - aprovada por unanimidade.

CDS
CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO
21 DE DEZEMBRO DE 2012-12-18

Deputado Municipal: Aires Patrício

Mais um ano se passou.

Mais um Natal se cumpre.

Mais um Outono que nos trouxe um Inverno antecipado.

Tempo frio este que a um Natal em que os afectos não têm lugar nos trouxe...

Cai a noite.

As luzes não iluminam a avenida.

As lojas já fecharam.

Portas adentro não pululam os brinquedos...

A ceia é modesta...

Os sorrisos não brotam.

A esperança fenece.

As pantalhas trazem-nos as *suas notícias*...do meu País.

O Snr. PM disse que.....

O Snr Ministro das Finanças determinou que.....

O Snr PR dizem que dirá que.....

E o Povo? O que diz???

O Povo diz que:

Que o IRS subiu...

Que o IMI subiu...

Que a água subiu...

Que a luz subiu...

Que o gás subiu...

E...que o rendimento não pára de baixar.

Que dizemos de tal paradoxo?

Que dizemos de tal filosofia de uma governação que não sabe redistribuir na proporção do que se permite exigir?

Que não sabe cumprir a promessa que lhe tornou possível tomar o poder?

Lembrei neste mesmo espaço, em Novembro passado, o trágico português.

Mas não será demais lembrar que, nunca como hoje, esse trágico se torna tão evidente.

Nunca, como hoje, estivemos tão perto de, desperdiçados os anéis, correremos o sério risco de perdermos os dedos.

Vão lá quase mil anos que, em Zamora, 5 de Outubro de 1143, teve início o Reino que nos trouxe ao Portugal de hoje.

E lá fomos vivendo até descobrirmos os Descobrimentos.

E, com eles, vieram as especiarias da Índia, veio o ouro do Brasil, vieram as colónias.

Vieram, depois, as remessas dos emigrantes, a que se seguiram os fundos comunitários seguidos dos Fundos de Pensões e, por fim, as magras reformas e pensões dos que até aqui resistiram.

Não resisto, chegados aqui, a lembrar a rábula em que Ivone Silva e Camilo de Oliveira proclamavam “este País é um colosso”.

E que colosso...

De tal forma um colosso que até gente houve que já quis fazer passar a ideia de que o Povo português está a pagar a factura de ter andado a viver acima das suas possibilidades...

Obviamente que não aceito tal disparate, porque ninguém, de bom senso, o poderá aceitar.

Muito haveria a dizer, como todos bem o sabemos, mas, permitam-me, um ou dois considerandos.

Quando nos dizem que há contratos em que o Governo não pode tocar porque estão blindados, pergunto: não estava blindado o contrato com a Função Pública, com os reformados e os pensionistas?

Não está o cidadão sujeito às penalizações resultantes de incumprimento ou desrespeito da Lei?

Não é verdade que o artigo 117º da Constituição obriga “os titulares de cargos políticos” a responderem “política, civil e criminalmente pelas acções e omissões que pratiquem no exercício das suas funções”?

Eu, nós, cidadão anónimo, estou obrigado ao bom e pleno cumprimento das disposições legais e constitucionais, sob pena de responder perante a Lei.

Temos responsabilidades a cumprir. Óptimo...

Mas, em presença do momento que vivemos, qual corolário inevitável de tudo quanto se vinha adivinhando, seria ao cidadão contribuinte e só, a exigir responsabilidades?

Do Governo central ao Autárquico não há responsabilidades a exigir?

Permito-me recordar um reflexão de Aristóteles que nos diz qual o seu conceito quanto a governar.

É tempo - esperemos que sim – do cidadão, contribuinte, eleitor, saber escolher quem quer para o governar.

É tempo de o cidadão passar a discernir para além de promessas, de slogans, de intenções que se consubstanciam, e só, em palavras que o vento leva porque desprovidas de substância.

A arte de governar não é um simples artifício aritmético entre o deve e o haver.

A arte de governar é o sublime saber que só ao Homem em sociedade compete.

É de pessoas que se trata e não de um frio cálculo contabilístico.

Mas, até em termos contabilísticos, não se pode tirar donde não há.

De facto, muito mais haveria a dizer, mas quero ter fé que este tão frio Natal faça luz nos espíritos menos iluminados.

Em nome do CDS, que aqui represento, bem como em meu nome pessoal, quero dizer de toda a disponibilidade na busca de soluções capazes de, a todos, trazerem Natais que em cada dia se cumpram.

Bom Natal.

Bom ano Novo.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO**21 DE DEZEMBRO DE 2012****GRUPO MUNICIPAL DA CDU**

Boa tarde a todos,

Nestes tempos conturbados que vivemos e que parecem querer encaminhar-nos para um país orgulhosamente pobre que felizmente a maioria de nós já não quer, uma das consequências da cegueira de quem nos governa é uma certa tolerância com a falta de liberdade jornalística, como se em tempos de crise esta fosse um luxo que o povo não pode esperar ter. Vemos isso todos os dias na nossa imprensa e na nossa televisão cada vez mais dependentes de um punhado de grandes ricos, nacionais e estrangeiros, que numa economia moribunda como a nossa, pensam que podem pôr e dispor da liberdade jornalística.

É verdade que, sobretudo a imprensa, tem de repensar o seu financiamento, pois a internet veio baralhar completamente a forma das pessoas se informarem. Há muitas pessoas a pensar neste problema e ele há-de com certeza ser resolvido, mas no entretanto temos a obrigação de defender com unhas e dentes a liberdade jornalística.

Aqui no Fundão temos o privilégio de termos um jornal. Este jornal ultrapassou largamente as fronteiras da nossa cidade, do nosso conselho e é praticamente uma instituição nacional. Esta dimensão incomum de um jornal regional, deve muito ao facto da sua linha editorial ter sido sempre ao longo dos tempos, regional, sim, mas também nacional e sem sensacionalismos, sistematicamente do lado dos “bons”, dos humanistas e dos íntegros, e dá voz a muita gente que não tem outra.

Falo-vos do nosso jornal porque me assustou ler que Fernando Paulouro das Neves, um homem bom e íntegro, director deste nosso jornal há vários anos, se demitiu, não para gozar a sua merecida reforma, mas porque se sentiu pressionado dizendo mesmo que “não faltam sujeitos sem escrúpulos, arvorados em gestores, capazes de venderem a alma ao demónio para, dizem eles com a maior das inocências, salvarem o negócio”.

O meu camarada Luís, até pela sua ligação pessoal terá muito mais a dizer sobre este assunto do que eu, no entanto todos devemos estar atentos ao Jornal do Fundão e não podemos permitir que a nova direcção sofra este tipo de pressões inqualificáveis

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO

21 DE DEZEMBRO DE 2012

GRUPO MUNICIPAL DA CDU

de quem só tem o lucro como valor. Tenho confiança que a nova direcção também não vá ceder a pressões e que possa continuar a enobrecer o nosso Jornal. Eu vou continuar a comprar o Jornal do Fundão enquanto puder constatar a sua liberdade mas deixarei de o fazer no dia, que espero que nunca aconteça, em que sentir que as pressões dos que se “arvoram em gestores” ganharam.

Gostaria de vos desejar já um bom Natal mas como a maioria de nós não é amiga do Relvas, não vou cometer a hipocrisia de vos desejar um próspero Ano novo. Mas desejo-vos um 2013 cheio de saúde, alegria e força para enfrentarmos com coragem os que nos querem empurrar para o terceiro mundo!

Catarina Gavinhos

Pelo Grupo Municipal da CDU.

Assembleia Municipal do Fundão
Grupo da CDU

21 de Dezembro de 2012

Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara

Ex.mos Srs. Membros da Assembleia Municipal

Ex.mos Srs. Vereadores

Representantes da Comunicação Social

Minhas Senhoras e meus Senhores

Temos assuntos que nos chegam para ocupar o resto da tarde. Assuntos importantes devo dizer, embora, na prática, desvalorizados em consequência das limitações que PAELs, TROIKAs e quejandos impõem à nossa capacidade deliberativa. Bom, mas sobre isso já falámos e alertámos para as consequências, em tempo oportuno. Por isso vou tentar ser breve.

Muitos poderiam ser os assuntos a trazer aqui a este período de antes da ordem do dia e que contrariam um certo ar de contentamento da maioria deste executivo municipal, quanto a uma extraordinária “obra feita”. Poderia falar desta praça do município, centro da cidade que deveria ser vivo e que, cada vez mais definha e se degrada, das ruas da nossa cidade cujos buracos nunca mais se compõem (veja-se a r. Aurélio Pinto) para não falar das estradas que com as poucas chuvas já começam a exigir perícia aos condutores. Poderia falar das soluções de trânsito de difícil compreensão (novamente Aurélio Pinto) ou de obras que nunca mais acabam (jardim das tílias, circular urbana -*já aberta mas ainda em obras*). Vou apenas referir-me a três temas.

O primeiro tem que ver com a reforma administrativa. Aquando da discussão sobre a fusão/anexação/extinção das freguesias, foi lançado, em jeito de crítica, aos partidos na AR, o repto para que tomassem iniciativas no sentido de contrariar a lei que resulta das propostas da unidade técnica. Não como resposta a reptos, mas cumprindo o seu dever, os deputados do PCP fizeram o que lhes era exigido. Deram voz às críticas, anseios e manifestações de vontade das populações. Veremos como se comportam os deputados que, supostamente, nos representam.

O segundo assunto tem que ver com o aniversário da introdução das portagens nas ex-SCUTs. Parece não adiantar argumentos que demonstram quão insensata, ilógica e prejudicial ao desenvolvimento do interior é esta medida. Mais, é discutível, ao puro nível dos números, e no longo prazo, bem lá no fundo da “folha Excel” com todos os deves e haveres de portagens, rendas, e manutenção de estradas, etc., que o saldo final seja positivo para o orçamento de estado. O governo deste nosso país decididamente não nos quer ouvir. Ainda assim é nosso dever insistir. Por isso apresento na mesa uma moção a ser deliberada por esta Assembleia.

Finalmente, sobre o Jornal do Fundão e o Fernando Paulouro Neves. Depois das palavras que já foram ditas, nomeadamente no último sábado, por tantos outros que melhor do que eu as sabem dizer, que posso eu acrescentar. O pudor da amizade inibe-me de dizer, aqui e agora, o que me vai na alma para que não possa parecer nem exagerado nem falho.

Talvez o Fernando nem goste de homenagens. Essas coisas são feitas, normalmente quando se está com “os pés para a cova” ou para lá disso. Mas a cidade, o município e a região não podem deixar de prestar o reconhecimento e apreço público pelo seu trabalho. Por isso neste momento em que deixa a direção dos Jornal do Fundão não poderia deixar de trazer aqui a esta assembleia, de que ele aliás fez parte, esse reconhecimento e apreço. E dizer-lhe que continuamos a contar com ele.

Ao Fernando digo que espero não ter saudades das suas crónicas isto porque estou certo que a sua escrita de intervenção não vai desaparecer pelo facto de deixar a direção do Jornal. Precisamos dela, esperamos por ela.

Ainda assim e dadas as circunstâncias em que todo este processo decorreu convirá deixar aqui um alerta. O Jornal do Fundão, nomeadamente a sua estrutura empresarial já não é o que foi. De quem é, ou pode vir a ser, a controlinveste? Que interesses a move? Estes interesses passam pela manutenção deste Jornal e com que características? Tudo isto não nos pode ser indiferente. Há pouco tempo o Fundão era sede de duas rádios, um jornal diário e do Jornal do Fundão. A realidade da comunicação social nada tem que ver com o que era há menos de uma década. O RJF desapareceu, convém estar atentos para que não acordemos um dia para a possibilidade do desaparecimento do Jornal do Fundão.

Para terminar não queria deixar de desejar bom trabalho ao novo Diretor interino. O Nuno Francisco tem uma tarefa difícil, mas é um jovem fundanense que, com a sua experiência e “amor à causa da informação”, saberá encontrar energias que, todos esperamos, sejam as respostas que a cidade, a região e até o país, esperam para um Jornal, que exigem continuar a ser matriz da sua identidade, do seu presente e do seu futuro coletivo.

Apesar de tudo aqui deixo, para todos os fundanenses, votos de um feliz Natal e que 2013 não seja tão mau como parece vir a ser.

Fundão, 21 de Dezembro de 2012

Luis Lourenço

PSD

Moção

Aprovado em reunião

H. H. H.
24.12.12

Considerando que,

A proposta de Lei n.º 104/XII visa aprovar o estatuto das entidades intermunicipais, enquadrar o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e estabelecer o regime jurídico do associativismo autárquico.

Pretende-se que qualquer entidade intermunicipal integre, pelo menos, cinco municípios, devendo ainda a respetiva circunscrição territorial abranger um mínimo de 90 000 habitantes;

Está previsto o reforço da natureza genérica das atribuições das entidades intermunicipais, independentemente da respetiva espécie;

As novas estruturas poderão ter competências próprias provenientes da Administração Central e da Administração Local;

Existe uma intenção regional de integração de toda a Serra da Estrela e de um mínimo de 16 municípios com 241 mil pessoas numa mesma entidade sub-regional, que compreende as CIM da Comurbeiras e da Serra da Estrela.

A possibilidade de construção de um plano de desenvolvimento para a nova sub-região para o próximo quadro comunitário de apoio 2014-2020 se afigura como um desafio e uma oportunidade de criar novas linhas de políticas públicas e de apoiar os agentes privados para tornar a nossa região mais competitiva e coesa.

O Município do Fundão independentemente da reforma administrativa, irá continuar a desenvolver as linhas do Pacto de Cooperação para a Cova da Beira assinado a 9 de Junho no Fundão;

Não deve ser desperdiçada a oportunidade de criar a sub-região da Beira Interior tal como definida no PNPOT, a qual é defendida há largas décadas como a escala

de território mais adequada ao desenvolvimento da nossa região.

Seria incompreensível para a população, empresários, para a organização dos serviços de saúde, de ensino superior, tribunais ou transportes que, no quadro de criação destas novas entidades intermunicipais, os municípios da Beira Interior Sul rompam com o próprio Distrito, rompam com a unidade cultural conhecida por Beira Baixa e se agreguem a uma muito artificial sub-região do Médio Tejo.

A região do Médio Tejo chega a municípios como Ourém, Torres Novas ou Entroncamento, com os quais esta região da Beira Interior, não tem praticamente relações económicas, turísticas, culturais ou de cooperação intermunicipal.

Do ponto de vista da afirmação regional é absolutamente estratégico preservar a complementaridade dos recursos e potencialidades do arco urbano da A23 (Fundão, Guarda, Covilhã e Castelo Branco), das áreas protegidas do Tejo, da Serra da Estrela, da Gardunha, da Malcata ou do Côa, das Aldeias Históricas e da Raia, do património histórico, cultural e dos produtos locais de excelência que todos partilham.

O concelho do Fundão partilha com o concelho de Castelo Branco uma das suas maiores riquezas naturais e patrimoniais que constitui a Serra da Gardunha;

Face ao exposto, a Assembleia Municipal do Fundão delibera aprovar que a agregação do Município do Fundão à Comurbeiras e CIM da Serra da Estrela representa, do ponto de vista estratégico, a posição que melhor defende os interesses do concelho;

A Assembleia Municipal apela, através da presente moção, que a CIM da Beira Interior Sul se agregue com os municípios que compõem a Comurbeiras e CIM da Serra da Estrela;

Mais delibera dar conhecimento da presente moção aos Municípios e Assembleias Municipais da CIM da Beira Interior Sul, à CIM do Médio Tejo, à Comurbeiras e ao Governo.

Fundão, 21 de Dezembro de 2012

1.º Subscritor

Rogério Manuel da Costa Henriques

[Signature]

[Signature]
Rita Ferreira

[Signature]

Silvina Domingues Reis Ferreira
Paula Mendes de Sousa

Apurdo por voluntad de
hoy
21.12.12

MOÇÃO

Portugal foi e continua a ser um país profundamente marcado pelas assimetrias regionais em que regiões de baixa densidade, principalmente ao longo da raia, coexistem com as regiões do litoral mais desenvolvido. O interior tem vindo ao longo dos anos a perder população, atividade económica e capacidade para o relançamento da sua economia.

A construção das autoestradas em regime de SCUT, nomeadamente da A23 veio contribuir decisivamente para quebrar este ciclo de desvitalização económica e social. As autoestradas do interior permitiram a localização de novas empresas, reduzir os custos da interioridade, aproximar o litoral recentrando-o em relação á europa, contribuindo para estruturar o território e aumentar a coesão económica e social do país. A A23, bem como a A25 e a A24, são um fator de desenvolvimento com fortes impactos na mobilidade e na economia regional e nacional.

A introdução de portagens constitui um custo acrescido para as empresas e populações da região penalizando-as duplamente, isto é pagam portagens e ficam mais longe dos centros de decisão e da prestação de serviços públicos e privados que não existem na região. A construção de alguns troços em cima dos IPs e a reclassificação de alguns dos seus troços para estrada nacional obrigou a desviar o trânsito para as estradas nacionais algumas das quais sem condições para assegurar os novos fluxos.

A introdução de portagens e consequente colocação dos pórticos implicou

, nomeadamente: 962

- Os fluxos diminuíram mais de 30% o que representa uma redução significativa de utilizações com o consequente desvio do tráfego para as estradas nacionais;
- O desgaste das estradas nacionais e municipais é mais rápido o que levará ao encurtamento do seu ciclo de vida e ao aumento das despesas de manutenção;
- Aumentou o tempo de deslocação e o desgaste dos meios de transporte;
- Aumentaram os acidentes nas estradas nacionais, na razão direta dos novos fluxos, com o consequente aumento da mortalidade e despesas de saúde com os sinistrados;
- Diminuiu a receita fiscal pela perda de atividade económica na região e deslocalização de empresas.

A introdução de portagens é, assim, uma má medida de política económica que penaliza o interior, as suas empresas e a população e não contribui para o desenvolvimento equilibrado do país. Por isso, eliminar as portagens na A23, bem como na A25 e A24 é urgente e contribui para evitar a morte lenta da região da Beira Interior. Assim, a Assembleia Municipal do Fundão entende como um imperativo nacional e exige a anulação imediata das portagens e o retorno ao regime de SCUT.

Fundão, 21 de Dezembro de 2012

Fundão, 21 de Dezembro de 2012

[Handwritten signatures]

W. G. Patricio H. D. N. Vignolo
#6119

José Carlos
Pedro de Souza
Isabel